

Fabiana Patrícia Franco de Lima

O QUE É IDEOLOGIA

**A participação popular que muda o rumo de uma
Ideologia Política.**

Monografia: Filosofia.

Universidade de Brasília – UnB.

Curso de Filosofia.

Brasília 22 de Julho de 2011.

Fabiana Patrícia Franco de Lima

O QUE É IDEOLOGIA

**A participação popular que muda o rumo de uma
Ideologia Política.**

Monografia apresentada ao Curso de
Filosofia da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para
obtenção de grau de Bacharel e
Licenciatura em Filosofia, sob orientação
do Prof. Dr. Alex Sandro Calheiros.

Brasília – DF 22 de Julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Professor Dr. Alex Sandro
Calheiros

Professora convidada: Dr^a Priscila Rufinoni

Agradeço à minha querida mãe Maria do Rosário de Fátima Franco de Lima, e a meu querido pai Lusimar José de Lima, e em memória a minha irmã Luciana Franco de Lima. Todo carinho e apoio na realização deste curso.

Resumo

O livro “O que é Ideologia” da autora Marilena Chauí, parte de alguns exemplos, histórico do termo, a concepção marxista de Ideologia; no qual Marilena Chauí procura dar ênfase mais profunda ao assunto da ideologia, mostrando também a concepção que outros pensadores tinham sobre o tema. Para os filósofos gregos, movimento era qualquer alteração da realidade, seja ela qual for. Com base nisso, Aristóteles elaborou a teoria das quatro causas. Era uma tentativa para dar explicação ao problema dos movimentos. Então, as diferentes relações entre as quatro causas explicam tudo que existe, o modo como existe e se altera, e o fim ou motivo para o qual existe. O trabalho era colocado como um elemento casual secundário e inferior, por Aristóteles. A ideologia tem como traço usar as idéias como independentes da realidade teórica e histórica. Ao elaborar sua teoria, o teórico julga estar produzindo idéias verdadeiras. O ideólogo seria então aquele que inverte as relações entre as idéias e o real. No plano da metafísica é conservada a causa final, pois esta se refere à ação dos homens se relacionando entre si e com a natureza. O processo histórico não é sucessão de fatos no tempo, não é progresso das idéias, mas o modo como homens reais criaram os meios e formas reais para a sua existência social. No entanto, tende a esconder dos homens o modo real de como suas relações sociais foram produzidas. A isso se dá o nome de ideologia. O termo ideologia surgiu pela primeira vez em 1801, designando-se inicialmente de ciência natural da aquisição, daí por diante, um sistema de idéias condenadas a desconhecer sua relação com o real. A ideologia, enquanto teoria passa a ter um papel de comando sobre a prática dos homens, que devem submeter-se aos critérios e mandamentos do teórico antes de agir. A nova sociedade não é constituída apenas pelos burgueses, mais ainda por outro homem, o trabalhador livre. Trabalhador livre em um sentido duplo. É graças a essa contradição que a autora dedica mais da metade do livro para abordar o que Karl Marx entendia por ideologia. A produção das idéias e as condições sociais e históricas não são separadas por Marx. Ele demonstra, também, que a contradição não é a das idéias, mas sim, contradição entre homens reais em condições históricas e social real chamada luta de classe (na qual acontece há muito tempo no mundo

inteiro, causando uma grande disputa entre as pessoas). É através das classes sociais que a sociedade civil nega o indivíduo isolado e o indivíduo como membro da família. O trabalho não pago (mais-valia) é a origem do capital. Há uma contradição na medida em que a realidade do capital é a negação do trabalho.

Uma das grandes idéias da ideologia é a da sociedade civil concebida como um indivíduo coletivo, visando ocultar a realidade da sociedade civil que é a luta de classes; a luta de classes é o cotidiano da sociedade civil. O processo no qual as atividades humanas começam a se realizar como se fossem autônomas ou independentes dos homens é chamada de alienação. As idéias aparecem como entidades autônomas descobertas por homens determinados, e não como produtos do pensamento de tais homens.

Um instrumento de poder da ideologia é a dominação e as formas de luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados, é uma transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo. Essa resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade. Portanto, a ideologia é um instrumento de junção de classe. Por conseguinte, o livro 'O que é ideologia' que explica claramente o que é ideologia.



Foto: Ari Vicentini/AE



SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo I - A participação popular que muda o rumo de uma Ideologia Política.....	17
I.I – Onde a cidadania é mais que um conceito.....	17
I.II- Uma Nova Ideologia.....	20
Capítulo II – A Ideologia e suas vertentes.....	35
II.I – A Manipulação da Ideologia.....	36
Conclusão.....	49
Bibliografia.....	50
Anexos – Entrevistas.....	51

Introdução

No livro “O que é ideologia”, Marilena S. Chauí recorre aos pensamentos de Hegel e Marx para criar uma contradição e explicar o tema. Seu foco é explicar o que é ideologia através da divisão social e do trabalho. Marilena Chauí começa o livro com a teoria Aristotélica das quatro causas, definindo o que ela chama de verdade imutável, o fato de não existir causas finais na natureza, e sim apenas no campo da metafísica. A história pode ser examinada sob dois aspectos; do ponto de vista do homem e da natureza. Marilena descreve de forma bem detalhada a dualidade existente entre natureza e homem, necessidade racional e finalidade e liberdade.

Aristóteles elaborou algo que, a partir da filosofia medieval, ficou sendo conhecido como a teoria das quatro causas. Como se sabe, uma das maiores preocupações dos filósofos gregos era a explicação do movimento. Por movimento, os gregos entendiam; a primeira causa como toda mudança qualitativa de um corpo qualquer (por exemplo, uma semente que se toma árvore, um objeto branco que amarelece, um animal que adoece); a segunda causa será que toda mudança quantitativa de um corpo qualquer (por exemplo, um corpo que aumente de volume ou diminua, um corpo que se divida em outros menores); a terceira causa é que toda mudança de lugar ou locomoção de um corpo qualquer (por exemplo, a trajetória de uma flecha, o deslocamento de um barco, a queda de uma pedra, o levantar de uma pluma); por fim a quarta causa será que toda geração e corrupção dos corpos, isto é, o nascimento e perecimento das coisas e dos homens. Movimento, portanto significa para um grego toda e qualquer alteração de uma realidade, seja ela qual for.

A teoria aristotélica das quatro causas, tal como foi recolhida e conservada pelos pensadores medievais, é uma das explicações encontradas pelo filósofo para dar conta do problema do movimento. Haveria, então, uma causa material (a matéria de que um corpo é constituído, como, por exemplo, a madeira, que seria a causa material da mesa), a causa formal (a forma que a matéria possui para constituir um corpo determinado, como, por

exemplo, a forma da mesa que seria a causa formal da madeira), a causa motriz ou eficiente (a ação ou operação que faz com que uma matéria passe a ter uma determinada forma, como, por exemplo, quando o marceneiro fabrica a mesa) e, por último, a causa final (o motivo ou a razão pela qual uma determinada matéria passou a ter uma determinada forma, como, por exemplo, a mesa feita para servir como altar em um templo). Assim, as diferentes relações entre as quatro causas explicam tudo que existe, o modo como existe e se altera, e o fim ou motivo para o qual existe.

Um aspecto fundamental dessa teoria da causalidade consiste no fato de que as quatro causas não possuem o mesmo valor, isto é, são concebidas como hierarquizadas indo da causa mais inferior à causa superior. Nessa hierarquia, a causa menos valiosa ou menos importante é a causa eficiente (a operação de fazer a causa material receber a causa formal, ou seja, o fabricar natural ou humano) e a causa mais valiosa ou mais importante é a causa final (o motivo ou finalidade da existência de alguma coisa).

Depois de Aristóteles, Augusto Comte se encarregou de ampliar a visão de o que era ideologia. Para Comte, a humanidade tende a passar por três fases: a fase fetichista ou teológica em que o homem explica a realidade por meio do mover divino; a fase metafísica em que o homem explica a realidade através de princípios gerais e abstratos; e a fase positiva ou científica em que o homem contempla a realidade, a analisa, formula leis gerais e cria uma ciência social que servirá de base para o comportamento individual e coletivo. Cada uma dessas explicações para os fenômenos naturais e humanos compõe uma teoria, ou melhor, uma ideologia.

Logo após Comte, Marilena Chauí começa a explicar Karl Marx e a sua visão em relação à existência da ideologia nas diferentes sociedades. Marx acredita que a ideologia se utiliza inúmeros meios para alienar o povo, como por exemplo, através do Estado. Para o povo, este seria a representação do interesse geral, mas, na verdade, ele é a expressão das vontades e interesses da classe dominante da sociedade. Outro exemplo de ideologia seria apresentar a sociedade civil como um indivíduo coletivo, pois através disso ocultaria a realidade da sociedade que é comprimida pela luta de classes.

No livro *A Ideologia Alemã* Marx caracteriza a Ideologia e tem como objetivo um pensamento alemão posterior a Hegel. Marx não separa as condições sociais e históricas da produção das ideias em que são produzidas. Ele distingue o tipo de Ideologia produzido pelos pensadores franceses (Ideologia política e jurídica), ingleses (econômica) e alemães (filosófica). Se falarmos em Ideologia geral e Ideologia geral burguesa, as formas dessa Ideologia encontram-se determinadas pelas condições sociais em que se encontram os diferentes pensadores burgueses. Marx dirige duas críticas principais aos ideólogos alemães seria o fato de que tiveram a pretensão de acabar com o sistema hegeliano, criticando apenas um aspecto da filosofia de Hegel em vez de fazê-lo como um todo; o outro é que tomaram um aspecto da realidade humana e passaram a deduzir todo o real a partir desse aspecto idealizado.

Para Marx, se quisermos compreender a Ideologia alemã, é preciso sair da Alemanha e fazer umas considerações gerais sobre o fenômeno da Ideologia. A Ideologia é uma concepção distorcida da história dos homens. Marx concebe a história como um conhecimento dialético e materialista da realidade social. Dentre as várias fontes dessa concepção, encontra-se a filosofia hegeliana, que Marx criticava, mas conservava em aspectos essenciais por ele. Temos como exemplo, o tratado filosófico para compreender a origem e o sentido da realidade como cultura; define a Cultura pelos movimentos de exteriorização e de interiorização do Espírito; Combate à história do Espírito, que começa manifestando-se na produção de obras culturais; Pensa a história como reflexão. Reflexão no sentido natural em que o raio luminoso retorna na direção da sua fonte luminosa, ou seja, volta à sua origem. Nesse sentido, o Espírito “sair para fora de si”, criando a Cultura e “volta para dentro de si”, reconhecendo sua obra; Procura dar conta do fenômeno da alienação. Alienação no sentido de que o Sujeito não se reconhecer como produtor das obras e como sujeito da história; Diferencia o modo como uma realidade aparece e o modo como é produzida. Esses vários aspectos do pensamento hegeliano constituem a dialética, ou seja, a história é o movimento de posição, negação e conservação das ideias, e essas ideias são a unidade do Espírito (Cultura).

Marx e Engels determinam o surgimento das Ideologias no instante em que a divisão social do trabalho separa o trabalho material de trabalho intelectual. Os homens se

distinguem dos animais porque produzem as condições de sua própria existência material e espiritual. A divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica. A divisão social do trabalho origina e é originada pela desigualdade social ou pela forma da propriedade. As ideias nascem da atividade material.

A forma inicial da consciência é a alienação, e, por causa disso, a Ideologia será possível: as ideias serão tomadas como anteriores à práxis, como um poder espiritual autônomo que comanda a ação material dos homens. A divisão social do trabalho torna-se completa quando o trabalho material e o espiritual separam-se. Nasce agora a Ideologia propriamente dita, ou seja, o sistema ordenado de ideias e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais. Logo, Marx e Engels consideram três aspectos que são condições *sine qua non* para que haja história: força de produção, relações sociais e consciência. Tais condições entram em contradição como resultado da divisão social do trabalho material e intelectual. Foi instalada para a própria consciência imediata dos homens a percepção da desigualdade social: uns pensam, outros trabalham; uns consomem e outros produzem e não podem consumir os produtos de seu trabalho. Outra contradição surge entre os interesses de um indivíduo e os interesses coletivos. Pois onde houver propriedade privada, não pode haver interesses sociais comuns. O Estado toma forma autônoma a partir do interesse coletivo contido na relação de contradição com o interesse particular. Mas como quem rege os pensamentos de uma sociedade é a classe dominante, o Estado é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade ganham a aparência de interesse de toda sociedade. O Estado é uma comunidade ilusória; é a expressão política da sociedade civil enquanto dividida em classes; é a vitória de uma parte da sociedade sobre outras. O Estado realiza sua função apaziguadora e reguladora da sociedade através de um mecanismo impessoal que são as leis ou o Direito Civil. Está aberto o caminho para a Ideologia política que explicará a sociedade através das formas dos regimes políticos (aristocracia, monarquia, democracia, tirania, anarquia) e que explicará a história pelas transformações do Estado (passagem de um regime político para outro). A divisão social é uma situação que não será superada por meio de teorias, mas pelas relações sociais de produção e suas representações pensadas. Assim, a transformação histórica capaz de ultrapassar essas divisões e as contradições depende de pressupostos

práticos e não teóricos. Que é o surgimento da massa da humanidade como massa inteiramente destituída de propriedade; é preciso que o modo de produção capitalista tenha se tornado um processo histórico mundial para que uma revolução plena possa efetuar-se. Sem as condições materiais da revolução, é inútil a ideia de revolução. Mas sem a compreensão intelectual dessas condições materiais, a revolução permanece como um horizonte desejado, sem encontrar práticas que a efetive.

A história não é o desenvolvimento das ideias, mas o das forças produtivas, a luta de classes. A sociedade civil é o palco onde se desenvolve a história. É o sistema de relações sociais que se organizam na produção econômica, nas instituições sociais e políticas, e que são representadas por um conjunto sistemático de ideias jurídicas, religiosas, políticas etc. É o lugar onde a família, igrejas, escolas e o conjunto das relações sociais são pensados por meio das ideias. A sociedade civil não é a sociedade, ou seja, uma espécie de grande indivíduo coletivo feito de partes ou órgãos funcionais que ora estão em harmonia ora em crise, e sim uma das grandes ideias da Ideologia burguesa para ocultar o fato de que a sociedade civil é a produção e reprodução da divisão em classes e é também luta de classes. Na prática isso significa que as classes sociais não estão feitas e acabadas pela sociedade, mas estão se fazendo umas às outras por sua ação, e esta ação produz o movimento da sociedade civil; e que o conjunto das práticas sociais faz dos indivíduos membros de uma classe social. O sujeito da história são as classes sociais.

Marx e Engels mostram que as relações dos indivíduos com sua classe são relações alienadas. Que a Ideologia não é processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições da existência social dos indivíduos. A Ideologia burguesa, através da sociologia, transforma em ideia científica essa coisa chamada classe social, estudando-a como um fato e não como resultado da ação do homem. É aí que se dá a alienação do trabalhador: não se reconhece como ser transformador e sim como um ser vinculado a uma classe. A Ideologia burguesa produzirá ideias que confirmem essa alienação. E mais a alienação é o processo social como um todo que não é produzido por um erro da consciência que se desvia da verdade, mas é o resultado da própria ação do social dos homens. Não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história. Diferentemente do que pensavam os positivistas, a relação entre teoria e prática é uma

relação simultânea e recíproca, por meio da qual a teoria nega a prática como um fato dado, para revelá-la como práxis social atividade socialmente produzida e produtora da existência social. A prática, por sua vez, nega a teoria como um saber separado e autônomo que comandaria de fora a ação dos homens. E negando a teoria, a prática faz com que a teoria se descubra como conhecimento das condições reais de prática existente, de sua alienação e transformação.

Marx e Engels afirmam que conhecem um único tipo de saber: a ciência da história. Toda concepção histórica, até o momento, ou tem emitido completamente a base real da história ou a tem considerado algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história, os historiadores apontam apenas a finalidade dos fatos, nem os analisam e nem os explicam. Na medida em que as forças reais (que explicam o processo de surgimento de um acontecimento) permanecem ocultas, o historiador-ideólogo inventa causas e finalidades que acabam convertendo a história numa entidade autônoma que usa os homens como meros instrumentos. Estamos diante da ideia da história. Dessa forma, não só os acontecimentos históricos são explicados de modo invertido (o fim explica o começo), mas tal explicação ainda permite que a classe dominante justifique suas ações. A história é também o processo de dominação de uma parte da sociedade sobre todas as outras. A Ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados. Os seguintes aspectos tornam a Ideologia quase que incompatível pois temos a separação entre trabalhadores e pensadores; o fenômeno da alienação. Enquanto não houver um conhecimento da história real; enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, a Ideologia se manterá; e a dominação de uma classe sobre as outras.

Logo, a Ideologia é resultado da luta de classes e tem por função esconder a existência dessa luta. E que o poder ou a eficácia da Ideologia aumenta quanto maior for sua capacidade para ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes.

Para Marilena Chauí o papel da ideologia é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta. Isso está relacionado com o princípio do Kitsch, que em essência significa a tentativa de esconder, de varrer para debaixo do tapete

aquilo que há de inaceitável e contraditório na existência humana, criando uma ilusão de que tudo é belo e perfeito.

O kitsch pode ser entendido como uma forma de ideologia. Na segunda guerra mundial, os meios de comunicação nos países comunistas eram controlados, de forma que o que se passava era somente o lado bom daquele regime; isso é uma forma de transmitir a ideologia. Ideias criadas por uma minoria e passadas à maioria, de forma que se pareçam ideias universais.

A classe dominadora só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são o Estado e a Ideologia. Por sua vez, o grande instrumento do Estado é o Direito, auxiliado pela Ideologia. O papel do Direito é fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal e ser, por isso, aceita. A lei é direito do dominante e o dever é dever do dominado. Porém, se o Estado e o Direito fossem vistos como realmente são, ou seja, como instrumentos para o exercício consentido da violência, ambos não seriam respeitados, e os dominados se revoltariam.

A função da Ideologia consiste em impedir essa revolta. Assim, a Ideologia substitui a realidade do Estado pela ideia do Estado. A maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma se tornará a maneira como todos os membros dessa sociedade pensarão. Logo, a Ideologia é o processo pelo qual as ideias das classes dominantes tornam-se ideias dominantes de todas as classes sociais de modo que a classe que domina no plano material domina também no plano espiritual.

Para que as ideias de classe dominante cheguem às outras classes, ela as distribui através da educação, religião, costume, meios de comunicação etc. As ideias de Ideologia são, portanto, universais e abstratas.

Os ideólogos são alguns membros das classes dominante e média, aliada da primeira, que estão encarregados de transformar as ideias da classe dominante em representações coletivas ou universais.

O processo histórico real, para Marx e Engels, é o de que cada nova classe em ascensão e desenvolvimento precisa formular seus interesses de modo sistemático e precisa fazer com que tais interesses apareçam como interesses de toda a sociedade.

Capítulo I - A participação popular que muda o rumo de uma Ideologia Política.

A participação política é uma forma democrática de manifestação do povo em relação ao poder estabelecido, para que a sociedade possa encontrar seus caminhos através da união de todos em prol dos objetivos da justiça social, cidadania, respeito aos valores e aos princípios da dignidade humana.

Por isso, a participação política é um dever de todos, é importante que exista, porque através dela todos podem exercer a sua vontade e tomar consciência do que está sendo feito. Em outras palavras, deve agir como um poder fiscalizador das políticas públicas, que não podem ficar restritas a um pequeno número de indivíduos que ditam as normas, sem conhecerem o que os outros pensam a respeito.

Veremos, como cada indivíduo que participar na política, poderá favorecer a plena realização de cada participante como ser humano, contribuindo para a construção de uma nova sociedade, na qual as decisões políticas serão de responsabilidade de todos.

Para isso é necessário analisar os contextos históricos, sociais e políticos, a expressão "participação política" se presta a inúmeras interpretações. Se considerarmos apenas as sociedades ocidentais que consolidaram regimes democráticos, por si só, o conceito pode ser extremamente abrangente.

I.I – Onde a cidadania é mais que um conceito.

A participação política designa uma grande variedade de atividades, como votar, se candidatar a algum cargo eletivo, apoiar um candidato ou agremiação política, contribuir financeiramente para um partido político, participar de reuniões, manifestações ou comícios públicos, proceder à discussão de assuntos políticos.

O conceito¹ de participação política tem seu significado fortemente vinculado à conquista dos direitos de cidadania. Em particular, à extensão dos direitos políticos, aos cidadãos adultos.

¹ No texto participação política e cidadania Renato Cancian, especial para Pedagogia e Comunicação.

Todos experimentamos o exercício da cidadania ou o seu desrespeito na vida e, assim, acabamos perfeitamente aptos para apontar a existência ou a falta da mesma sem dificuldades. Esta realidade permite alcançar o conteúdo que aquele termo designa a partir de uns cem números, de direitos que o integram. Tais direitos, seguindo a moral de vida de uma sociedade e de seus interesses, vão sendo estendidos e ampliados, favorecendo, por conseguinte, a identificação do significado e conteúdo da cidadania em uma quase infinita variedade de situações.

Cidadania, palavra derivada de cidade, estudada por Aristóteles, é mais bem compreendida se pensarmos a cidade como o Estado. Desse modo entendida cidadania, é possível dizer que, todo cidadão, que integra a sociedade pluralista do Estado democrático, é senhor do exercício da cidadania, a qual, em síntese, é vocábulo que expressa um extenso conjunto de direitos e de deveres.

Esta idéia, de exercício de um vasto conjunto de direitos e de deveres, consiste o conceito amplo de cidadania, cujo conteúdo, superior ao conceito estrito de cidadania, o qual é percebido unicamente como o exercício do direito e dever políticos de votar e de ser votado, só adquire pleno significado, no mundo contemporâneo, num Estado democrático de direito. E, normalmente, na atualidade, quando fazemos referência à cidadania, estamos falando de seu sentido ampliado.

Perceber o pleno alcance do conceito amplo de cidadania, hoje, exige, necessariamente, o ambiente de vida e de convívio entre os homens típico e próprio de um Estado democrático de direito. Em sua acepção ampla, cidadania constitui o fundamento da primordial finalidade daquele Estado, que é possibilitar aos indivíduos habitantes de um país o seu pleno desenvolvimento através do alcance de uma igual dignidade social e econômica.

O ambiente de vida social do Estado democrático, cujos pilares de sustentação encontram-se na admissão, na garantia e na efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana, em uma sociedade solidária, é tornado real através da observação de vários postulados que lhe são essenciais. São pressupostos do Estado democrático; a valorização e atualidade da dignidade do homem e o reconhecimento da importância de dispensar a todos, tratamento fraternal, igualitário e não discriminativo; a confiança nos talentos e

possibilidades latentes dos homens; a segurança e o crédito nos valores institucionalizados pelas massas, como fundamentos para o progresso do bem comum e o alcance da justiça; a aceitação da legitimidade das decisões tomadas por meio de processos racionais e participativos de deliberação, com o consenso da maioria, que constitui o reflexo, o resultado de debates livres entre todos; o respeito aos grupos minoritários; e, a compreensão de que todo o interesse geral é a síntese dos diversos interesses e idéias dos indivíduos e dos grupos, diferentes centros de poder, que integram a sociedade pluralista.

Diante disso, percebe-se que, o conceito amplo de cidadania, está conectado e conjugado, porque encontra aí seus princípios básicos estruturantes, aos conceitos de democracia e de igualdade.

O princípio de igualdade disciplina todas as atividades públicas e tem aplicação direta nas relações privadas, que ocorrem entre os particulares, impondo, para torná-lo real, a proibição de discriminações e a eliminação das desigualdades fáticas nos planos social e econômico, proporcionando a todos os cidadãos igual condição de vida e mesma posição perante o Estado democrático. E, também para a realização da cidadania, o princípio democrático torna indispensável à participação popular nas tomadas de decisão.

A cidadania, no Estado democrático de direito, efetivada, oferece aos cidadãos, como iguais condições de existência, o gozo atual de direitos e a obrigação do cumprimento de deveres, que, resumidamente, podem ser assim apresentados: exercício de direitos fundamentais e participação; e, os deveres de colaboração e solidariedade. Sabendo-se que todo cidadão tem sua existência acompanhada do exercício de direitos fundamentais e do direito de participação. Sobre a participação, cumpre asseverar que este direito significa a capacidade de ser consultado para as tomadas de decisão que dizem respeito à direção da sociedade em que vive o cidadão e que, dentre os direitos de participação política, tais como a igualdade de sufrágio, o direito de voto e de elegibilidade, e o direito de petição, ainda importa recordar outro que também a integra, é o direito de iniciativa popular.

As iniciativas populares de leis, que cabe aos cidadãos (o 2º parágrafo do artigo 61 da Constituição da República brasileira), o referendo e o plebiscito, correspondem a alternativas de participação política (o referendo e o plebiscito devem ser determinados, para que se verifiquem, pelo Congresso Nacional).

O exercício de todos os direitos inerentes ao Estado democrático e do direito de participação, é acompanhado do respeito aos deveres de contribuir para o progresso social e de acatar e respeitar o resultado final obtido em cada consulta coletiva.

A respeito dos direitos fundamentais, os quais representam, na verdade, situações reconhecidas juridicamente sem as quais o homem é incapaz de alcançar sua própria realização e desenvolvimento plenamente, consistindo o resultado da luta dos homens por um direito ideal, justo e humano, que foram e vão sendo aperfeiçoados e estendidos ao longo do tempo, os mesmos estabelecem faculdades da pessoa humana que permitem sua breve classificação do seguinte modo: os direitos de liberdade, como por exemplo, a liberdade de consciência, de propriedade, de manifestação do pensamento, de associação; os direitos de participação política, tais como a igualdade de sufrágio, o direito de voto e de elegibilidade, o direito de petição, e os direitos de participação política; os direitos sociais, que abrangem os direitos de natureza econômica, como por exemplo, o direito ao trabalho, de assistência à saúde, à educação; os direitos chamados de quarta geração, por exemplo, o direito à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida.

I.II- Uma Nova Ideologia

A participação política dos indivíduos na sociedade global apresenta-se como um caminho, uma das principais vias alternativas, para o alcance da inserção social e da diminuição das desigualdades econômicas reveladas pela globalização. O processo de globalização em marcha acabou com os limites geográficos, mas não eliminou a fome, a miséria e os problemas políticos de milhões de globalizados que vivem abaixo da chamada linha da pobreza absoluta, não encontram pontos de referência para tornarem-se agentes de influência política no processo global. Enfrentar e superar essas dificuldades, exige do indivíduo autonomia, a construção de uma identidade pessoal, capaz de delimitar espaços e gerar novas consciências de cidadania.

O alienante² predomínio das coisas sobre os homens, tem criado enormes barreiras para a tomada de consciência dos indivíduos, o que dificulta ainda mais a superação das

² Política e Educação - Globalização e Participação Política. Valmir Lima.

dificuldades de participação política e a conseqüente inserção na sociedade globalizada. O indivíduo não consegue ter domínio de um aparato mecanizado, que cria constantes necessidades, tenciona as relações sociais e dita as normas no mundo globalizado.

O indivíduo tem extremas dificuldades de situar-se em uma sociedade, que assim como assinala o declínio do Estado-nação, fazem surgir os novos “grandes centros mundiais” de poder, soberania e hegemonia. A situação é tão problemática e contraditória que ele já não consegue identificar os donos do poder. Fica deslocado ainda mais do centro das decisões políticas, diante da doutrina neoliberal que transfere as possibilidades de soberania para as organizações, corporações e outras entidades de âmbito global.

As elites buscam criar condições que nunca se resolvem, acenam para os indivíduos, constantemente, com novas perspectivas, aliam-se a setores sociais, partidos ou governos, mas definem as decisões segundo as suas razões e interesses políticos. Ao cidadão aparece uma globalização de padrões de consumo, de métodos e estilos que se neutralizam de formas diferentes na vida de cada um. A mesma diversificação de valores que lhe é apresentada, retira-lhe a capacidade da escolha autônoma e reduz-lhe a possibilidade de participação política.

Há de se considerar também a universalização dos meios de comunicação, que levou à aldeia global informatizada. Tudo que se globaliza, virtualiza-se. As próprias idéias transfiguram-se na magia da eletrônica. robotizado, o indivíduo não encontra o ponto de referência da reflexividade política. O problema maior do indivíduo é encontrar a essencialidade da verdade dos fatos, parâmetros de compreensão entre o que informa e o que aliena na globalização. São questões essencialmente ideológicas, normalmente manipuladas pelos meios de comunicação de massa, e que expressam uma nova concepção acerca da transformação social e da prática política.

Ao indivíduo é necessário compreender que a globalização é um processo em marcha, inacabado, que modifica as suas condições de autonomia, porém não o impede de refletir, pensar e agir. As dificuldades que enfrenta de participação política estão em encontrar-se na imensidão interativa de conceitos, valores, idéias, que alargam ou reduzem horizontes, diante da maior ou menor capacidade de discernimento das forças que atuam no

desenvolvimento da globalização, a qual, modificam substancialmente as condições de vida e trabalho, os modos de ser, pensar e imaginar. Modifica as condições de alienação e as possibilidades de emancipação dos indivíduos.

O desafio do indivíduo de vencer suas dificuldades de participação política está em grande medida, na capacidade do mesmo em compreender que a política deve ser uma atividade lúcida, que necessita de homens lúcidos, capazes de lutar por uma sociedade autônoma, que forme necessariamente indivíduos autônomos.

Uma política de autonomia, deve por sua vez, agir sobre os indivíduos, com o objetivo, de que possa ajudá-los a atingir a sua própria autonomia. Um projeto de autonomia é, pois, a transformação do sujeito de maneira que ele possa ser participante do processo, ou seja, tenha participação política na sociedade em que vive.

A participação política, portanto, é exigência básica para que o indivíduo supere as barreiras impostas pela globalização e consiga desenvolver ações de cidadania dentro da própria sociedade global. Nesse sentido, é necessário encurtar o distanciamento entre as formas institucionais existentes, sejam jurídicas ou políticas, e a real possibilidade de reconhecer nas leis, nas instituições, as suas próprias leis e o seu próprio poder.

A cidadania, compreendida como soberania, implica, necessariamente, em indivíduos que tenham alcançado um grau de autonomia, de participação política, de autoconsciência. Nesta altura da globalização as possibilidades de autoconsciência ainda são reduzidas, limitadas.

Há uma constante problematização da própria sociedade global. As nações integram-se e desintegram-se “na velocidade da luz”. As transformações sociais são tão intensas, que assim como revolucionam pela informatização, fazem ressurgir fatos que pareciam esquecidos, anacrônicos. Os horizontes abertos pela globalização iluminam o presente e recriam o passado.

Os indivíduos estão acoplados a uma mídia impressa e eletrônica, que transforma o mundo em paraíso das imagens, criam linguagens e formas de expressar que dissolvem as

barreiras herdadas do territorialismo. Tudo se desterritorializa. O mundo transforma-se em território de todo mundo, se torna grande e pequeno, homogêneo e plural, articulado e multiplicado. Mesmo os centros decisórios mais fortes, nem sempre se afirmam absolutos, inquestionáveis. Globalizam-se perspectivas, dilemas sociais, políticos econômicos e culturais. Os problemas nacionais mesclam-se com as realidades e os problemas mundiais.

É necessário, porém, que o indivíduo veja o mundo como um conjunto de nações e regiões formando um sistema global, integrado a uma rede de interdependências, que está a exigir-lhe a todo instante tomada de decisões. O posicionar-se lhe exige a superação da crise da razão, isto é, o rompimento dos limites impostos pela tradição.

É importante que o indivíduo supere as práticas políticas instituídas no passado, para alcançar a participação política na globalização. A submissão, o conformismo e a alienação não lhe conduzem ao caminho da autonomia, via principal para o alcance da reflexividade social, do conhecimento atualizado, da tomada de decisão e, por conseguinte, da própria participação política.

A autonomia é requisito básico para a participação política do indivíduo na globalização. Somente um indivíduo autônomo é capaz de processar e selecionar informações, ter domínio de conhecimento, tomar decisões e posicionar-se frente a um mundo de riscos, incertezas e conflitos globais.

A autonomia leva o indivíduo à participação política, porém, não deve estar atrelada às justificações de ordem econômica ou ideológica que o incapacite ou o impeça a condição de ser, agir e entender as contradições que permeiam o mundo globalizado.

As mudanças que acompanha a formação e o desenvolvimento da sociedade global, têm colocado os indivíduos, situados em diferentes lugares e distintas condições, sociais e culturas. A interconexão global criou cadeias de decisões políticas, que são vias possíveis para que os indivíduos alcancem autonomia e passem a participar politicamente.

Outra relação importante a ser considerada dentro da globalização, são as necessidades de consumo e a dependência dos indivíduos em satisfazê-las neuroticamente.

A sociedade global é uma imensa máquina de criar necessidades. A compulsividade consumista fragiliza o indivíduo frente às regras de mercado, o induz a perda de autonomia, a submissão ao capital e ao empobrecimento político.

A globalização do capitalismo joga o indivíduo em um mundo de controvérsias, quase de crise existencial, já que oscila entre o sonho de satisfazer todos os seus desejos e a realidade de não poder realizá-los.

À globalização o que interessa é a angústia do indivíduo, que o distancia da razão, do equilíbrio entre o poder e querer e o torna um compulsivo do consumo. É o processo de massificação e homogeneização cultural, que não apenas gera vícios consumistas nos indivíduos, como também os impede de participarem politicamente.

A globalização do consumo pelo consumo afeta o comportamento social do indivíduo e é sentida de diferentes formas e intensidade na vida de cada cidadão. Há de se considerar a maior ou menor transferência de estilos pelo grande sistema de informação, desde um simples comercial de televisão aos sofisticados *sites* na rede mundial de computadores.

A³ chamada informação em tempo real, não dá tempo ao indivíduo de pensar, ou ainda o que é fundamental, de refletir e encontrar o ponto de consciência entre o que é necessário consumir, e a necessidade consumista. Observa-se assim que os indivíduos mantêm-se reféns da globalização. Ainda não encontraram as condições de domínio de suas próprias vontades e distanciam-se cada vez mais dos centros das decisões.

Os fatores que os afastam se revelam tão naturalmente, que são aceitos como inerentes à evolução tecnológica e científica da humanidade. O indivíduo é visto como o pêndulo de um relógio que oscila aos extremos, mas não consegue o domínio ou controle dos rumos a seguir.

A participação política exige convicção de decisão, clareza do que se busca e certeza nas escolhas. Estas exigências, apregoadas pela própria globalização, parecem tão

³ Política e Educação – Globalização e Participação Política. Valmir Lima

óbvias, porém, ganham um grau de complexidade enorme quando requeridas no contexto do desequilíbrio social e econômico do mundo global.

Dispersos nas dessemelhanças étnicas, culturais e econômicas, banalidades no contexto da globalização, os indivíduos não encontram recursos de discernimento lógico, que lhes afiance domínio de poder decisório, autonomia e participação política na sociedade global.

Os⁴ indivíduos vivem um mundo de problemas e desafios na globalização. Nunca se falou tanto em dificuldades como nos tempos atuais. A velocidade que traz a mudança afasta a solução. Os problemas oscilam nos extremos da inquietude ou na falta de limites da angústia. Os desafios não têm limites de exigências, renova-se a todo instante e tornam-se mais complexos, à medida que aumenta a globalização das relações sociais.

As diversidades étnicas, culturais, econômicas e políticas que compõem o mundo global, na verdade não são diferenças entre espaços físicos da globalização e sim entre indivíduos que têm línguas diferentes, costumes diferentes grau de desenvolvimento social diferente e principalmente pensam diferentemente.

A heterogeneidade de conceitos entre indivíduos na globalização cria grandes barreiras para o enfrentamento de desafios como a humanização das decisões econômicas, a diversidade cultural, científica e tecnológica, ainda presas a uma sociedade tradicional, que não consegue superar as diferenças étnicas e políticas, que separam os homens nos limites do desejo e do consumo provocados na multiplicidade de interesses do mundo global.

Questionado na globalização de exigências que o cerca, o indivíduo não consegue ter respostas aos desafios que lhe são impostos. São exigências que criam grandes obstáculos à participação política, que intimidam posicionamentos e revelam deficiências de formação global, no entendimento de mundo.

⁴ Política e Educação – Globalização e Participação Política. Valmir Lima

Observa-se que as dificuldades de participação política na sociedade global, decorrem de dois aspectos que precisam ser considerados: os de ordem pessoal e aqueles que vêm de uma conjuntura política que englobou idéias, mas não ensinou a pensar.

Confinados no limite da visão dos seus mundos pessoais ou na imensidão de um, global, que os manipula a todo instante, os indivíduos enfrentam provocações que os desnorteiam na complexidade de exigências que lhes são feitas.

Os indivíduos são cobrados, a todo o momento, e suas deficiências se revelam pela maior ou menor capacidade de desempenho das suas tarefas de rotina. A globalização exige indivíduos melhores preparados, que saibam ouvir, mas que assumam funções de tomada de decisão, que tenham iniciativa própria, mas sejam fiéis aos princípios neoliberais de tratar globalmente as questões sociais e econômicas.

No âmbito político, o objetivo é desconsiderar toda a forma de organização que não considere a realidade da desigualdade social, como resultado das diferenças históricas, étnicas ou econômicas, entre os povos. No aspecto cultural a miscigenação de valores globais ainda não aconteceu. Não há claramente definida uma cultura global, que possa dar ao indivíduo, uma identidade de cidadão do mundo.

A indústria cultural adquire alcance global, na dimensão do interesse econômico que a sustenta, também pela sobreposição de valores e objetivos das classes dominantes e, torna-se um desafio à vida do indivíduo quando já consegue comandar o seu modo de informar-se, divertir-se e pensar os problemas reais ou imaginários.

Querendo ou não, estamos todos presos em uma grande experiência, que está ocorrendo no momento da nossa ação – como agentes humanos –, mas fora do nosso controle, em um grau imponderável. Não é uma experiência do tipo laboratorial, porque não controlamos os resultados dentro de parâmetros fixados – é mais parecida com uma aventura perigosa, em que cada um de nós, querendo ou não, tem de participar.

O indivíduo precisa compreender a complexidade do mundo que o cerca. Entender os seus contrastes, que oscilam nos limites das "verdades" que o sustenta e acreditar, que

por mais fortes que se revelem os centros decisórios, nem sempre são absolutos e inquestionáveis.

Aos indivíduos o processo social da globalização parece mais desafiador que o processo político. Por uma dificuldade de contextualizar a sociedade como integrante de uma estrutura política, a concepção ideológica do mundo não lhes está presente. Não se sentem agentes políticos da transformação social, passivamente aceitam ser dominados, não encontram meios de organização e empobrecem politicamente. O empobrecimento político os afasta da responsabilidade de definir posições, de sentirem-se comprometidos com os rumos da própria globalização. Faz surgir um descompromisso coletivo com a realidade política, como se essa não influenciasse nas relações de domínio na sociedade globalizada.

A participação política na globalização passa pelo desafio do indivíduo compreender, que a mesma racionalização que articula progressivamente as mais diversas esferas da vida social, acentua e generaliza a alienação de uns e outros, também em âmbito universal. A marcha da racionalização caminha junto com a alienação, uma e outra se determinando reciprocamente.

Os indivíduos necessitam compreender, e este é um desafio de ordem pessoal, que a sociedade global não é uma mera extensão quantitativa da sociedade nacional, que a desterritorialização não os desobriga à responsabilidade de autodeterminação. Precisa-se de indivíduos preparados intelectual e politicamente, capazes de decidir e agir nas afrontas globais do servilismo anacrônico instituído e encontrar caminhos de reversão das disparidades sociais.

O desafio da preparação pessoal, singular dos indivíduos na globalização, não é uma tarefa simples, já que as influências que sofrem extrapolam ao campo da individualidade. Nasceram do campo da impessoalidade. Nasceram de múltiplas direções, estão na complexidade dos processos sociais, nas estruturas de dominação e apropriação das instituições sociais, nos discursos ideológicos e ganham dimensão nas informações e contra-informações de uma mídia globalizante.

Vive-se um cotidiano configurado pela fabulosa massa de informação disponível, veiculada eletronicamente em escala planetária, estruturante do indivíduo e determinante de um novo movimento que questiona o homem e sua humanidade, enquanto a realidade é multiplamente questionada e problematizada.

A globalização é um constante questionamento do processo de autonomia dos indivíduos, das influências que possam receber na definição de modelos políticos, que se mostram ao mesmo tempo individuais e sociais e os deixam desamparados frente às instituições. Surgem daí o desafio da busca da tomada de posições de autonomia, de domínio de conhecimento, das influências das instituições na definição das bases de uma sociedade, que dita o comportamento social e a postura política dos indivíduos na aldeia global.

Sendo assim, a postura comportamental do indivíduo na globalização assume diferentes facetas, em função da sua maior ou menor dificuldade no controle dos conhecimentos que possa ter em relação às formas institucionais existentes e da definição política que conceba da sociedade global.

Indivíduos que tem dificuldades de conceber a sociedade globalizada na sua pluralidade de interesses, que sejam despreparados intelectualmente, com certeza não encontram parâmetros de compreensão entre as condições de alienação e as possibilidades de autonomia política na globalização. A sociedade global modifica-lhes as condições de vida e trabalho e não lhes concede oportunidades de aprender a vê-la com espírito crítico. A alienação cultural, ainda enraizada em uma identidade nacional, acompanha a alheação política, conduz o indivíduo a eximir-se de responsabilidades e torna-se um obstáculo à participação política.

Considerando-se a freqüente lentidão com que se modifica a identidade de inúmeras pessoas e o desejo intenso que muitas delas sentem de reafirmar seu controle sobre as forças que moldam sua vida, é provável, admitem os globalistas, que as complexidades da política da identidade nacional persistam. Porém, somente uma visão de política global pode vir a se adaptar aos desafios políticos de uma era mais globalizada, marcada por

comunidades de destinos que se superpõem e por uma política que envolva; o local, o nacional, o regional e global.

O desafio de ser participativo, de encontrar o poder da tomada de decisões, não se esgota apenas no domínio das potencialidades culturais dos indivíduos, que são importantes mas não necessariamente determinantes, já que existem os alienados voluntários da política. A estes, a maior dificuldade de participação política está em não desejar definir posições políticas acerca da globalização.

São essas diversidades de condutas, muitas enraizadas em valores tradicionais (ignorados pela globalização), que deixam os homens globalizados reduzidos a meros coadjuvantes no processo da mundialização de ações políticas, que criam dificuldades de compreensão da teoria que movimenta o mundo global.

Os indivíduos são peças ou partes de órgãos em constantes deslocamentos pela aldeia global. Mesmo que não saiam dos lugares onde vivem, sofrem os efeitos da imensa cadeia de informação disponível, veiculada em escala planetária, que os conduz, aleatoriamente, a valores globais.

A globalização da mídia trouxe para o indivíduo, o desafio de conviver com uma realidade planetária, com formas diferentes de vida, com estilos desiguais de sociedades, que o cerca, o assedia nos mais íntimos valores culturais e lhe exige acompanhamento permanente das mudanças que mudam as regras sociais e familiares.

Essa pluralidade de novos conceitos, de múltiplos parâmetros de relacionar-se em sociedade, desafia os indivíduos a todo instante, exige um reciclar constante de comportamento, a busca de uma nova identidade pessoal no contexto de uma mudança em seu pensamento global.

A nova ordenação da sociedade mundial cria cadeias decisórias, que alteram a natureza e a dinâmica das relações entre os indivíduos. A necessidade de participação política torna-se uma exigência nos riscos, incertezas e conflitos que se revelam no entrelaçamento do indivíduo com o sistema global.

As ações cotidianas dos indivíduos mostram a essencialidade da prática política no processo da definição de rumos na globalização. Normalmente alheios aos centros de decisões, perdem o domínio do conhecimento, a capacidade de decidir, processar e selecionar informações que lhes garantiriam inverter as condições de submissão, conformismo e alienação impostas pelo mundo global.

Para impor-se, enquanto cidadão nesta aldeia global, o indivíduo tem que conquistar autonomia. Necessita relacioná-la como principal via para vencer as dificuldades de compreensão política, como instrumento de formação de um cidadão capaz de ser e agir, de ter um entendimento crítico da sociedade globalizada. Esses são desafios que implicam, necessariamente, na mudança de comportamentos, que exigem dos indivíduos atitudes claras, objetivas, frente aos princípios excludentes do neoliberalismo. A busca da autonomia passa a ser uma exigência constante à medida que é o principal viés para o alcance da participação política na globalização.

É igualmente um desafio para o indivíduo, ter a compreensão de uma nova ordem econômica internacional, quando é parte integrante de uma legião de excluídos, que aumenta a todo instante a escala da desigualdade social e cria um mundo de dominação e dependência entre os homens.

A maior provocação aos indivíduos, neste contexto global, é a da edificação de um processo de autonomia política, que o ensine a aprender a ocupar espaços públicos e perder vícios de dependência às práticas políticas do passado. A autonomia deve capacitá-lo a inserir-se no contexto social e a compreender as circunstâncias da existência humana na globalização. Ao contrário, permanecerá preso a uma estrutura de dominação e dependência, em crise de razão frente a incessante globalização do mundo.

A crise existencial do homem globalizado, mais do que uma perturbação de vida, é um desafio à turbulência da incerteza, do medo, da perplexidade que o cerca no mundo global, cada vez mais o homem é obrigado a abdicar da rigidez das idéias, atitudes e tipos de comportamentos fundamentados no sistema de valores tradicionais e buscar respostas nos parâmetros de uma "modernidade reflexiva", que em muitos aspectos ainda estão para serem formulados.

Assim, a capacidade política do indivíduo exige, fundamentalmente, revisão de valores, sejam pessoais ou conjunturais, novas concepções do processo cultural civilizatório em marcha na globalização. Precisa o indivíduo compreender que na globalização cultural, ao mesmo tempo, que há muita perda, há muito ganho. Que é preciso ter domínio das contradições globais, para viver com as fragmentações e os antagonismos de uma sociedade que faz dos conflitos a sua base de sustentação.

O indivíduo é peça integrante de um cenário que ajuda a criar e recriar constantemente, mas não consegue experimentá-lo. A todo instante torna-se o cenário que desaparece, entra e sai de cena, parece estar sendo punido pela incapacidade política de enfrentar um processo de globalização em mutação permanente.

As definições da globalização, principalmente econômicas, criam nos indivíduos a desconexão com o seu mundo social, cultural e político. Deixam de perceber a mundialização em todas as suas esferas e não buscam paradigmas políticos para explicá-las ou o que seria mais importante entendê-las. Vem daí, o que se pode chamar de alienação política conjuntural, isto é, os indivíduos por não perceberem o entrelaçamento de interesses do mundo global, são facilmente manipulados pelas elites deliberantes que os comandam.

A supremacia do poder econômico de uma camada social minoritária, que se utiliza de instrumentos especulativos da globalização, coloca para o indivíduo a realidade de que enquanto a economia melhora, o social piora. O desafio está em encontrar formas de participação política, que possam levar a uma nova concepção acerca da transformação social, que sejam práticas diferenciadas, flexíveis, simultaneamente locais e globais.

As condições de liberdade e democracia, inegáveis avanços políticos, que o mundo experimenta nas últimas décadas, não tem se refletido na concretização de uma consciência de participação política dos indivíduos na globalização. Ainda presos a conceitos e formas, ou simplesmente um cego político, não conseguem construir, por exemplo, um sindicalismo de maior consciência, compromisso e proposta, ou seja, mais pragmático e menos ideológicos.

Saber utilizar as condições de liberdade com participação política e assumir responsabilidades, é um grande desafio que a ideologia colocou aos indivíduos na globalização.

A ausência de uma política de vida, fez o indivíduo distanciar-se dos centros decisórios, submeter-se à força do mercado. Surge, a partir de então, legiões de excluídos sociais que passam a viver à margem de propagadas conquistas e grandes avanços da globalização. A esses a globalização é separatista, segregacionista, espoliadora social e politicamente.

As conseqüências da exclusão social são estarrecedoras, quando se analisa o número de miseráveis, indivíduos que além de não ter participação política na globalização, vivem em grau de absoluta pobreza. Desde então a exclusão social vem aumentando em escala mundial, desafiando os limites de uma economia de mercado e de um sistema político que prega democracia, mas gera situações extremas; tanto de generalização da pobreza como de fortalecimento da plutocracia.

Aos indivíduos o desafio posto é o de encontrar vias de participação política, que evitem a propagação ainda maior da pobreza mundial, que não deixem desaparecer às garantias de liberdade e de democracia; e que garantam que as possibilidades de construção de uma sociedade autônoma e da conquista da condição de cidadão são tão reais quanto os princípios excludentes da globalização.

O homem é um ser essencialmente social e político. Quando lhe falta esta compreensão ou quando nega esta condição, torna-se um ser, ausente, potencialmente manipulável, um mero ocupador de espaços físicos, ou simplesmente um conformado observador das decisões do mundo que o cerca. A compreensão da essencialidade política do homem torna-se exigência ao próprio entendimento da sociedade em que vive. Não há como separar, dissociar o indivíduo do seu meio social, não há como deixar de reconhecê-lo na definição ou emissão das ações políticas que definem a complexidade das relações de poder na sociedade.

A globalização uma abertura social, econômica e política do mundo, mas não eliminou a ligação do homem com seus valores, seus conflitos, seus anseios. Os cenários são outros, as exigências são diferentes, os desejos se alteram, mas os indivíduos não perderam a essência do pensamento e a mística de fazer história.

Assim sendo, é necessário que as relações de dominador e dominado, sejam democratizadas no âmago da globalização. Esta é uma compreensão óbvia, quando os indivíduos se deparam com dificuldades de participação política na globalização. Falta-lhes, como esta análise demonstra, alternativas políticas que os estreitem na solidariedade contra a exclusão social e os aproxime na humanização pessoal.

Os homens, ainda não encontraram pontos de referências que os façam partes integrantes dos centros decisórios, ainda não aprenderam a lidar e decidir na complexidade das relações de dominação do mundo global. Não é de se estranhar, portanto, que ainda não saibam superar as suas dificuldades de participação política e vêem como uma exaustiva provocação à necessidade de assumir posições na sociedade globalizada.

As dificuldades de participação política dos indivíduos na sociedade global ocasionam reflexos profundos na conquista de uma autonomia cidadã, que lhes impedem de ascender aos discursos da conciliação das diferenças, do que é justo, possível e realizável, que sustentam ideologicamente a globalização. Conclui-se que os indivíduos ainda não têm domínio desta nova estrutura de práticas políticas, que se sustenta no uso do conhecimento e da destreza tecnológica. Assim são facilmente afastados dos centros decisórios do poder, tornam-se apêndices de uma elite deliberante que fez nascer, comanda e se mantém neste sistema de tutela política na globalização.

Todas as análises que se façam para compreendermos as dificuldades que tem os indivíduos de ascender politicamente na globalização, se identificarão com posições deste trabalho, que apontaram para uma desconstrução ideológica do mundo. Os indivíduos, precisam visualizar a multiplicidade de interesses que movem o mundo global. Necessitam compreender que vivem um novo tempo, que o processo social da globalização e o processo político se entrelaçam na angústia e incerteza das exigências globais, que a

realidade da globalização impõe a formação de novos indivíduos, como novas idéias e novos objetivos.

A complexa e contraditória realidade social da globalização, os indivíduos precisam encontrar pontos de referências de atuação de cidadania nos formatos da própria sociedade globalizada, que necessitam lutar por autonomia e buscarem os espaços de participação política nos limites de cada instituição, que forma o mundo global. Os indivíduos têm dificuldades de participação política na globalização, porque precisam ainda compreender que é nos centros decisórios do poder político, isto é, no interior das instituições organizadas que se definem as relações de dominação do mundo global.

Os indivíduos precisarão compreender, que a inserção social na globalização não acontecerá, como demonstra este trabalho, sem o afastamento da ideologia, da religião, e de posições segregacionistas, que os tem impedido de compreender novas formas de mundo, de entender novas realidades e com elas interagir no contexto da globalização.

As possibilidades de um projeto pessoal ganhar efeito na globalização são pequenas, se não vir alicerçado na conscientização da participação política. Pois o grande problema da ascensão do indivíduo, enquanto cidadão, na globalização está no seu descompromisso político com a realidade que o cerca, na sua ausência na tomada de decisões, na sua passividade frente às mudanças e transformações, que vão com rapidez alucinante criando e recriando novas formas de vida e exigindo novos modelos de comportamento social.

A superação das dificuldades de participação política na globalização, só acontecerá quando os indivíduos forem capazes de discernir entre o que é dito e o que de real acontece nas relações de interatividade universal. Quando conquistarem o entendimento político, que o mundo da globalização é, com certeza, o do domínio da ciência e da técnica, mas é também o seu mundo, onde ocorrem relações de homem e cidadão.

A superação das dificuldades de participação política na globalização acontecerá quando o mundo global para os indivíduos se tornar familiar, quando for vencido o servilismo político.

Capítulo II – A Ideologia e suas vertentes.

"Se abandonar à ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às idéias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a Filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes." (CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática, São Paulo, 2000. Pg 17.)

Segundo Marilena Chauí, a ideologia não pode ser considerada uma mentira que as classes dominantes usam para subjugar os menos favorecidos, porque os que se beneficiam dos privilégios também sofrem influências ⁵das ideologias. Portanto, ⁶a ideologia se caracteriza pela naturalização, na medida em que são consideradas naturais as situações que na verdade são produtos da ação humana e que portanto são históricos e não naturais – por exemplo, dizer que a divisão da sociedade em ricos e pobres faz parte da natureza; ou que é natural que uns mandem e outros obedeçam.

II.I – A Manipulação da Ideologia.

Em seu livro “O que é Ideologia”, Marilena Chauí propõem o início da discussão tocante à esfera da ideologia, tendo como base para estas reflexões a seguinte construção,

⁵ **Ideologia no sentido amplo:** é aquela voltada para as discussões e práticas pedagógicas sobre algum assunto em pauta, comum para todas as classes.

⁶ **Ideologia no sentido restrito:** É aquela presente nos grupos poderosos e privilegiados, com grande influência. É denominada de ideologia negativa. A ideologia no sentido amplo é chamada de ideologia positiva.

que objetiva procurar ser uma forma de compreensão da ideologia, de seus fundamentos, sólidos ou não, e igualmente de suas conseqüências.

“A ideologia é um saber cheio de “lacunas” ou de silêncios que “nunca” poderão ser preenchidos, porque, se o forem, a ideologia se desfaz por dentro; ela tira sua coerência justamente do fato de só pensar e só dizer as coisas pela metade e nunca até o fim”. (Chauí, 1984, p. 23).

Segundo⁷ as argumentações citadas do trabalho de Marilena Chauí, podemos verificar como forma de compreensão por parte da filósofa, a ideologia como um conjunto difundido de inverdades, estas expostas através de uma concepção oriunda de idéias falsas, ou seja, símbolos e preconceitos, isto posto para neutralizar e dominar aqueles que historicamente pertencem á classe dos dominados, sem que eles percebam como estão sendo dominados. Para que este processo se legitime, a ideologia tem de se constituir em um emaranhado de ideais e assim sendo, “nunca dizendo as coisas até o fim”. A filósofa, para melhor exemplificar as suas expressões, comenta uma frase que teria sido dita por um ex-presidente da república do Brasil, cujo nome não foi revelado. A citada frase expressaria que na visão deste então presidente, “O brasileiro é um povo feliz! Aqui não a guerras, terremotos, vulcões e nem acontecem grandes catástrofes!”.(Chauí, 1984, p. 10). Chauí comenta da seguinte forma a frase por ela citada de um proposto ex-presidente da república, cujo nome e data da citação não foram por ela explicitados;

“Na verdade, a afirmação do ex-presidente é uma forma de ideologia, procurando esconder de outras formas de guerra, a luta de classes, ou outras formas de catástrofes, as catástrofes sociais: a fome, a miséria, o desemprego, o salário injusto; o analfabetismo, a exploração e outras”. (Chauí, 1984, p. 11).

⁷Ideologia, o Método. Guilherme Augusto.

Pelas observações consideradas inerentes a tentativa de compreensão do que vem a ser ideologia por Marilena Chauí, a ideologia é igualmente ligada à concepção difundida em sua própria contemporaneidade, pois;

“A ideologia é então um conjunto lógico, sistemático e corrente de idéias [...] valores, normas e regras que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que pensar, o que dever fazer e como dever fazer, o que sentir e como sentir. [...] Ela é um conjunto explicativos e pratico de caráter normativo, prescrito, regulador e controlador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional e convincente para as desigualdades sociais, políticas e culturais, jamais atribuindo a origem destas desigualdades á divisão de classes, á exploração e á dominação”. (Chauí, 1985, p. 25).

Segundo Marilena Chauí, a divisão social do trabalho, ao separar os homens em proprietários e não proprietários dão aos primeiros poder sobre os segundos. Estes são explorados economicamente e dominados politicamente. Estamos diante de classes sociais e da dominação de uma classe por outra. A classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos seriam o Estado e a ideologia.

Através do Estado, a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo-a submeter-se às regras políticas. O grande instrumento do Estado é o Direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de direito”. O papel do Direito ou das leis é o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita. A lei é “direito” para o dominante e dever para o dominado.

Se⁸ o Estado e o Direito fossem percebidos nessa sua realidade real, isto é, como instrumentos para o exercício consentido da violência, evidentemente ambos não seriam respeitados e os dominados se revoltariam. A função da ideologia consiste em impedir essa revolta fazendo com que o legal apareça para os homens como legítimo, isto é, como justo e bom. Assim, a ideologia substitui a realidade do Estado pela idéia do Estado – ou seja, a dominação de uma classe é substituída pela idéia de interesse geral encarnado pelo Estado. E substitui a realidade do Direito pela idéia do Direito – ou seja, a dominação de uma classe por meio das leis é substituída pela representação ou idéias dessas leis como legítimas, justas, boas e válidas para todos.

Não se trata de supor que os dominantes se reúnam e decidam fazer uma ideologia, pois esta seria, então, uma pura maquinação dos poderosos. E, se assim fosse, seria muito fácil acabar com uma ideologia.

Marilena Chauí ressalta que, a ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade, e vemos que essa representação é sempre necessariamente invertida. O que ocorre, porém, é o seguinte processo; as diferentes classes sociais representam para si mesmas o seu modo de existência tal como é vivido diretamente por elas, de sorte que as representações ou idéias (todas elas invertidas) diferem segundo as classes e segundo as experiências que cada uma delas tem de sua existência nas relações de produção. No entanto, as idéias dominantes em uma sociedade numa época determinada não são todas as idéias existentes nessa sociedade, mas serão apenas as idéias da classe dominante dessa sociedade nessa época. Como mostra o trecho da entrevista de Marilena a revista Carta Maior;

Carta Maior: Qual sua avaliação sobre a cobertura da chamada grande mídia brasileira nas eleições deste ano? Na sua opinião, houve alguma surpresa ou novidade em relação à eleição anterior?

Marilena Chauí: Eu diria que, desta vez, o cerco foi mais intenso, assumindo tons de guerra, mais do que mera polarização de opiniões políticas. Mas não foi surpresa: se considerarmos que 92% da população aprovam o governo Lula como ótimo e bom, 4% o consideram regular, restam 4% de desaprovação a qual está concentrada nos meios de comunicação. São as empresas e seus empregados que representam esses 4% e são eles quem têm o poder de fogo para a guerra.

⁸ A Ideologia como Forma de Memória Coletiva. Maria Laura.

O interessante foi a dificuldade para manter um alvo único na criação da imagem de Dilma Rousseff: o preconceito começou com a guerrilheira, não deu certo; passou, então, para a administradora sem experiência política, não deu certo; passou, então, para a afilhada de Lula, não deu certo; desembestou na fúria anti-aborto, e não deu certo. E não deu certo porque a população dispõe dos fatos concretos resultantes das políticas do governo Lula.

Isso me parece a novidade mais instigante, isto é, uma sociedade diretamente informada pelas ações governamentais que mudaram seu modo de vida e suas perspectivas, de maneira que a guerra se deu entre o preconceito e a verdadeira informação.

CM: Passada a eleição, um dos debates que deve marcar o próximo período diz respeito à regulamentação do setor de comunicação. Como se sabe, a resistência das grandes empresas de mídia é muito forte. Como superar essa resistência?

MC: *Numa democracia, o direito à informação é essencial. Tanto o direito de produzir e difundir informação como o direito de receber e ter acesso à informação. Isso se chama isegoria, palavra criada pelos inventores da democracia, os gregos, significando o direito emitir em público uma opinião para ser discutida e votada, assim como o direito de receber uma opinião para avaliá-la, aceitá-la ou rejeitá-la.*

Justamente por isso, em todos os países democráticos, existe regulamentação do setor de comunicação. Essa regulamentação visa assegurar a isegoria, a liberdade de expressão e o direito ao contraditório, além de diminuir, tanto quanto possível, o monopólio da informação.

Evidentemente, hoje essa regulamentação encontra dificuldades postas pela estrutura oligopólica dos meios, controlados globalmente por um pequeno número de empresas transnacionais. Mas não é por ser difícil, que a regulamentação não deve ser estabelecida e defendida. Trata-se da batalha moderna entre o público e o privado.

CM: Você concorda com a seguinte afirmação: “A mídia brasileira é uma das mais autoritárias do mundo”?

MC: *Se deixarmos de lado o caso óbvio das ditaduras e considerarmos apenas as repúblicas democráticas, concordo.*

CM: Na sua opinião, é possível fazer alguma distinção entre os grandes veículos midiáticos, do ponto de vista de sua orientação editorial? Ou o que predomina é um pensamento único mesmo.

MC: *As variações se dão no interior do pensamento único, isto é, da hegemonia pós-moderna e neoliberal. Ou seja, há setores reacionários de extrema direita, setores claramente conservadores e setores que usam “a folha de parreira”. A folha de parreira, segundo a lenda, serviu para Adão e Eva se cobrirem quando descobriram que estavam nus.*

Na mídia, a “folha de parreira” consiste em dar um pequeno e controlado espaço à opinião divergente ou contrária à linha da empresa. Às vezes, não dá certo. O caso do Estadão contra Maria Rita Kehl mostra que uma vigorosa voz destoante no coral do “sim senhor” não pode ser suportada. (Viomundo 22 de novembro de 2010 às 10:48h site Carta Maior)

A maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma representa sua relação com a natureza, com os demais homens, com o Estado, tornar-se-á a maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar. A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias). Isto significa que, embora a sociedade esteja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias idéias.

A dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as idéias da classe dominante. Para que isto ocorra, é preciso que os membros da sociedade não se percebam como estando divididos em classes, mas se vejam como tendo certas características humanas comuns a todos e que tomam as diferenças sociais algo derivado ou de menor importância. Os membros da sociedade se identifiquem com essas características supostamente comuns a todos, é preciso que elas sejam convertidas em idéias comuns a todos. É preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias idéias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis; como tais idéias não exprimem a realidade real, mas representam a aparência social, a imagem das coisas e dos homens, é possível passar a considerá-las como independentes da realidade e, mais do que isto, inverter a relação, fazendo com que a realidade concreta seja tida como a realização dessas idéias.

Todos esses procedimentos consistem naquilo que é a operação intelectual por excelência da ideologia. A transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade.

Para que esta ideia seja difundida Marilena, mostra a importância dos membros da classe dominante ou da classe média (aliada natural da classe dominante) que, em decorrência da divisão social do trabalho em trabalho material e espiritual, constituem a camada dos pensadores ou dos intelectuais. Estão encarregados, por meio da sistematização das idéias, de transformar as ilusões da classe dominante (isto é, a visão que a classe dominante tem de si mesma e da sociedade) em representações coletivas ou universais;

Tatiana Merlino – Em 2006, a senhora ficou profundamente descontente com a postura da mídia durante o período eleitoral, e agora a imprensa teve novamente um comportamento bem complicado. A gente ueria que a senhora começasse falando sobre a sua avaliação da cobertura da mídia nas eleições presidenciais.

Marilena Chauí – Eu diria que não houve cobertura. Houve a produção midiática da campanha eleitoral e das eleições. Cobertura significaria mostrar o que efetivamente estava se passando no primeiro turno com todos os candidatos e no segundo turno com os dois candidatos que restaram. E não foi isso que aconteceu. A candidata Dilma não teve em instante nenhum a sua campanha coberta pela mídia. Ela teve a sua campanha ou ignorada, ou deformada ou criminalizada. E do lado do candidato Serra, também não houve uma cobertura da campanha dele. Porque se tivesse havido uma cobertura da campanha dele, o que a mídia deveria ter mostrado? Essa coisa extraordinária que eu nunca vi acontecer em lugar nenhum de um candidato se autodestruir. Primeiro, o vice, ele não conseguiu escolher o vice e depois deu uma escolha que não foi feita por ele e insignificante. Em seguida, ele começa a campanha descendo a lenha no governo Lula, o qual, entretanto, numa pesquisa de opinião, tinha tido quase 90% de ótimo e bom, e, provavelmente, as pessoas que acompanhavam o programa do Serra, aquelas que opinam, devem ter dito que não era uma boa, aí ele passou a dizer que ia fazer o que o Lula estava fazendo, mas melhor. Aí, quando ele começou a explicar o que era melhor, começou a fazer propostas completamente alucinadas, foi uma alucinação que ele propôs. Bom, mas quando nós chegamos nesse ponto, você tem a entrada em cena do segundo turno. Ora, na hora que entra em cena o segundo turno, o que é que vem como uma avalanche? O famoso dossiê. O dossiê que foi atribuído ao PT, disseram que a Dilma tinha mandado fazer, que foi o famoso dossiê que o Aécio fez. Foi o dossiê que invadiu todos os planos da vida do Serra, e mais, atingiu diretamente a filha dele, que eles tinham dito que o PT que tinha violado a menina, a Verônica. Foi uma completa produção do Aécio, em Minas. Ora, isto que destruiria qualquer candidatura em qualquer tempo e lugar, o servilismo da mídia foi tal, que isto, ou não apareceu, ou apareceu em pequenas notícias e de uma maneira tão confusa que ninguém sabia do que se tratava. E, depois, quando entrou em cena o aborto, em primeiro lugar a mídia nunca disse que quem introduziu o tema do aborto foi a Marina, que fez um discurso conservador dos evangélicos para os evangélicos, introduziu os temas religiosos e o tema do aborto. Como ela não entra no segundo turno, o Serra se apropria desse tema. Ora, uma imprensa que está defendendo a liberdade de expressão, que está defendendo o espaço público, que está defendendo a opinião pública, está defendendo a liberdade de pensamento, como é que ela pode embarcar na entrada em cena como tema eleitoral de uma questão que pertence ao espaço privado, e é uma questão de religião, que é o aborto? A plena cobertura que foi dada a isso, contradizendo o próprio significado daquilo que a imprensa deveria

de entender por coisa pública, espaço público, opinião pública e liberdade de pensamento e de expressão! Bom, então, depois, no caso da Dilma, é mais interessante do que a não cobertura da campanha do Serra, porque no caso da Dilma, tentou-se primeiro a guerrilheira. É a guerrilheira, a guerrilheira... E eu tinha dito a uns amigos, este é um caminho perigoso. É um caminho perigoso, porque, em termos de história pessoal, é muito paralela à história do próprio Serra. Se você pega o comício dos cem mil, no Rio [de Janeiro], em 1961, o discurso mais radical do comício não foi o do Jango, não foi o do Brizola, não foi o do Julião, foi o do Serra como presidente da UNE. Ele fez o discurso afirmando... o núcleo do discurso do Serra em 1961 foi revolução armada. Então, eu dizia [é] um perigo, porque se eles enveredarem pela figura da Dilma guerrilheira, eles vão ter que dizer que o Serra pregou em 1961 para cem mil brasileiros a revolução armada. (Revista Caros Amigos “Sem comunicação não há democracia.”)

Assim, a classe dominante (e sua aliada, a classe média) se divide em pensadores e não pensadores, ou em produtores ativos de idéias e consumidores passivos de idéias. Muitas vezes, no interior da classe dominante e de sua aliada, a divisão entre pensadores e não pensadores pode assumir a forma de conflitos, por exemplo, entre nobres e sacerdotes, entre burguesia conservadora e intelectual progressistas, – mas tal conflito não é uma contradição, não exprime a existência de duas classes sociais contraditórias, mas apenas oposições no interior da mesma classe. A prova disso, escrevem Marx e Engels, é que basta haver uma ameaça real para a dominação da classe dominante para que os conflitos sejam esquecidos e todos fiquem do mesmo lado da barricada. Nessas ocasiões, “desaparece a ilusão de que as idéias dominantes não são as idéias da classe dominante e que teriam um poder diferente do poder dessa classe”

Marilena diria que, é possível que, em determinadas circunstâncias históricas, os intelectuais se coloquem contra a burguesia e se façam aliados dos trabalhadores. Se os trabalhadores, compreendendo a origem da exploração econômica e da dominação política, decidirem destruir o poder dessa burguesia é possível que os intelectuais progressistas, sem o saber, passem para o lado da burguesia. E o que ocorre, por exemplo, quando, diante do aguçamento da luta de classes num país, os intelectuais demonstram aos trabalhadores que, naquela fase histórica, o verdadeiro inimigo não é a burguesia nacional, mas a burguesia internacional imperialista, e que se deve lutar primeiro contra ela. A ideologia da unidade

nacional, que os intelectuais progressistas, de boa-fé, imaginam servir aos trabalhadores, na verdade serve à classe dominante.

Do lado dos intelectuais, isto decorre do fato de que interiorizaram de tal modo as idéias dominantes que não percebem o que estão pensando. Do lado dos trabalhadores, se aceitam tal ideologia nacionalista, isto decorre da divisão social do trabalho que foi interiorizada por eles, fazendo-os crer que não sabem pensar e que devem confiar –em quem pensa. Com isto, também eles são vítimas do poder das idéias dominantes.

Esse fenômeno de manutenção das ideias dominantes mesmo quando se está lutando contra a classe dominante é o aspecto fundamental da hegemonia, ou o poder da classe dominante. Por isso ele dizia que, se num determinado momento, os trabalhadores de um país precisam lutar usando a bandeira do nacionalismo, a primeira coisa a fazer é redefinir toda a idéia de nação, desfazer-se da ideia burguesa de nacionalidade e elaborar uma idéia do nacional que seja idêntica à de popular. Precisam, portanto, contrapor, à idéia dominante de nação, uma outra, popular, que negue a primeira. Uma história concreta não perde de vista a origem de classe das idéias de uma época, nem perde de vista que a ideologia nasce para servir aos interesses de uma classe e que só pode fazê-lo transformando as idéias dessa classe particular em idéias universais.

O processo histórico real, escreve Marx e Engels, não é o do predomínio de certas idéias em certas épocas, mas um outro e que, cada nova classe em ascensão que começa a se desenvolver dentro de um modo de produção que será destruído quando essa nova classe dominar, cada classe emergente, precisa formular seus interesses de modo sistemático e, para ganhar o apoio do restante da sociedade contra a classe dominante existente, precisa fazer com que tais interesses apareçam como interesses de toda a sociedade. Assim, por exemplo, a burguesia, ao elaborar as idéias de igualdade e de liberdade como essência do homem faz com que se coloquem de seu lado como aliados todos os membros da sociedade feudal submetido ao poder da nobreza, que encarnava o princípio da desigualdade e da servidão.

Para poder ser o representante de toda a sociedade contra uma classe particular que está no poder, a nova classe emergente precisa dar às suas idéias a maior universo possível,

fazendo com que apareçam como verdadeiras e justas para o maior número possível de membros da sociedade. Precisa apresentar tais idéias como as únicas racionais e as únicas válidas para todos. Ou seja, a classe ascendente não pode aparecer como uma classe particular contra outra classe particular, mas precisa aparecer como representante de toda a sociedade, dos interesses de todos contra os interesses da classe particular dominante. E consegue aparecer assim universalizada graças às idéias que defende como universais. Um bom exemplo disso está neste trecho da entrevista de Marilena a revista CULT;

CULT – A senhora disse que o governo atual “não é o governo dos nossos sonhos, não é exatamente da esquerda”, que não teria o perfil de esquerda. Considerando, portanto, essa ambiguidade ideológica que se reflete na própria agenda do governo, a senhora acredita que políticas assistencialistas, além do carisma e da identificação popular do presidente, são suficientes para explicar sua boa avaliação?

MC – Sim e não. Sim, porque num país em que o corte de classe sempre definiu os governos, isto é, em que as políticas voltadas para os direitos sociais, políticos e culturais de todos os cidadãos nunca foram desenvolvidas ou, quando o foram, nunca foram prioritárias, em que as carências da maioria da sociedade sempre foram ignoradas em nome dos privilégios da minoria, as ações deste governo instituem práticas de inclusão sem precedentes na história do Brasil e, em grande parte, são responsáveis pela avaliação positiva do governo.

Não, porque a avaliação positiva do governo perpassa todas as classes sociais, indicando que há aprovação de outras ações governamentais, além daquelas voltadas para a transferência de renda e inclusão social; há aprovação da política externa, marcada pela independência, do PAC, da maneira como o Brasil sofrerá menos que outros os efeitos da crise financeira etc.

Penso também que é preciso dar um basta à tentativa de caracterizar o governo e o presidente da República como populistas. O populismo (tal como concebido pela sociologia brasileira, já que o conceito não é homogêneo para todas as sociedades) é a política da classe dominante para exercer o controle sobre as classes populares e/ou sobre a classe média tanto por meio de concessão de benefícios pontuais quanto por meio da figura do governante como salvador e protetor.

Ora, todos esses traços estão ausentes no governo Lula: o atual presidente da República não pertence à classe dominante, não concede benefícios pontuais e sim assegura a instituição de direitos com os quais se institui uma democracia, conseqüentemente, a figura do governante não tem a marca da transcendência, necessária à dimensão salvífica e protetora do dirigente não democrático.

Aliás, um dos pontos mais caros à mídia, que serve como ponta de lança nos ataques dirigidos ao presidente, é exatamente sua condição de classe: um operário sem diploma universitário, que não fala várias línguas, que comete gafes em situações de etiqueta e cerimonial etc. Ou seja, a mídia entra em contradição consigo mesma quando junta populismo e presidente operário sem diploma universitário.(Entrevista a revista CULT; Publicado em 31 de março de 2010)

No início do processo de ascensão é verdade que a nova classe representa um interesse coletivo, o interesse de todas as classes não dominantes. Porém, uma vez alcançada a vitória e a classe ascendente tomando-se classe dominante, seus interesses passam a ser particular, isto é, são apenas seus interesses de classe. No entanto, agora, tais interesses precisam ser mantidos com a aparência de universais, porque precisam legitimar o domínio que exerce sobre o restante da sociedade. Em uma palavra; as idéias universais da ideologia não são uma invenção arbitrária, mas são a conservação de uma universalidade que já foi real num certo momento (quando a classe ascendente realmente representava os interesses de todos os não dominantes), mas agora é uma universalidade ilusória (pois a classe dominante tornou-se representante apenas de seus interesses particulares).“Cada nova classe estabelece sua dominação sempre sobre uma base mais extensa do que a classe que até então dominava, ao passo que, mais tarde, a oposição entre a nova classe dominante e a não dominante se agrava e se aprofunda ainda mais”.

Isto significa que cada nova classe dominante, enquanto estava em ascensão, apontava para a possibilidade de um maior número de indivíduos exercerem a dominação e, por isso, quando toma o poder, usa de procedimentos mais radicais do que os já existentes para afastar as possibilidades de exercício do poder por parte dos dominados. Por isso a distância entre dominantes e dominados aumenta ainda mais e os dominados, afinal, terão que lutar pelo término de toda e qualquer forma de dominação.

Portanto, a ideologia que é o resultado da divisão social do trabalho e, em particular, da separação entre trabalho material ou manual e trabalho espiritual ou intelectual; essa separação dos trabalhos estabelece a aparente autonomia do trabalho intelectual face ao trabalho material; essa autonomia aparente do trabalho intelectual aparece como autonomia dos produtores desse trabalho, isto é, dos pensadores; essa autonomia dos produtores do trabalho intelectual aparece como autonomia dos produtos desse trabalho, isto é, das idéias; essas idéias autonomizadas são as idéias da classe dominante de uma época e tal autonomia é produzida no momento em que se faz uma separação entre os indivíduos que dominam e as idéias que dominam, de tal modo que a dominação de homens sobre homens não seja percebida porque aparece como dominação das idéias sobre todos os homens; a ideologia é,

pois, um instrumento de dominação de classe e, como tal, sua origem é a existência da divisão da sociedade em classes contraditórias e em luta.

A divisão da sociedade em classes se realiza como separação entre proprietários e não proprietários das condições e dos produtos do trabalho, como divisão entre exploradores e explorados, dominantes e dominados e, portanto, se realiza como luta de classes. Esta não deve ser entendida apenas como os momentos de confronto armado entre as classes, mas como o conjunto de procedimentos institucionais, jurídicos, políticos, policiais, pedagógicos, morais, psicológicos, culturais, religiosos, artísticos, usados pela classe dominante para manter a dominação. E como todos os procedimentos dos dominados para diminuir ou destruir essa dominação. A ideologia é um instrumento de dominação de classe.

Se a dominação e a exploração de uma classe for perceptível como violência, isto é, como poder injusto e ilegítimo, os explorados e dominados se sentem no justo e legítimo direito de recusá-la, revoltando-se. Por este motivo, o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concretas. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação.

Por ser o instrumento encarregado de ocultar as divisões sociais, a ideologia deve transformar as idéias particulares da classe dominante em idéias universais, válidas igualmente para toda a sociedade. A universalidade dessas idéias é abstrata, pois no concreto existem idéias particulares de cada classe. Por ser uma abstração, a ideologia constrói uma rede imaginária de idéias e de valores que possuem base real (a divisão social), mas de tal modo que essa base seja reconstruída de modo invertido e imaginário.

A ideologia é uma ilusão, necessária à dominação de classe. Por ilusão não devemos entender “ficção”, “fantasia”, “invenção gratuita e arbitrária”, “erro”, “falsidade”, pois com isto suporíamos que há ideologias falsas ou erradas e outras que seriam verdadeiras e corretas. Por ilusão devemos entender: abstração e inversão. Abstração é o conhecimento

de uma realidade tal como se oferece à nossa experiência imediata, como algo dado, feito e acabado que apenas classificamos, ordenamos e sistematizamos, sem nunca indagar como tal realidade foi concretamente produzida. Uma realidade é concreta porque produzida por um sistema determinado de condições que se articulam internamente de maneira necessária. Inversão é tomar o resultado de um processo como se fosse seu começo, tomar os efeitos pelas causas, as conseqüências pelas premissas, o determinado pelo determinante. Assim, por exemplo, quando os homens admitem que são desiguais porque Deus ou a Natureza os fez desiguais, estão tomando a desigualdade como causa de sua situação social e não como tendo sido produzida pelas relações sociais e, portanto, por eles próprios, sem que o desejassem e sem que o soubessem.

Porque a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade, ela permanece sempre no plano imediato do aparecer social, é o modo de ser do social de “ponta-cabeça”. A aparência social não é algo falso e errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens.

Isto significa que uma ideologia sempre possui uma base real, só que essa base está de ponta-cabeça: é a aparência social. Assim, por exemplo, a sociedade burguesa aparece em nossa experiência imediata como estando formada por três tipos diferentes de proprietários; o capitalista, proprietário do capital e o dono da terra, proprietário da renda da terra; e o trabalhador, proprietário do salário. Se todos são proprietários, embora de coisas diferentes, então todos os homens dessa sociedade são iguais e possuem iguais direitos. Enquanto não ultrapassarmos essa aparência e procurarmos o modo como realmente e concretamente são produzidos esses proprietários pelo sistema capitalista, não poderemos compreender que o salário não é a propriedade do trabalhador, mas é o trabalho não pago pelo capitalista, que a renda não vem da terra, mas de sua transformação em capital pelo trabalho não pago do camponês ou dos mineiros, e que, finalmente, só o capital é efetivamente propriedade. Enquanto não tivermos essa compreensão histórica do processo real, a idéia de igualdade não só parecerá verdadeira, mas ainda possuirá base real, ou seja, a maneira pela qual os homens aparecem no modo de produção capitalista. É neste sentido que se deve entender a ideologia como ilusão, abstração e inversão.

A ideologia não é um “reflexo” do real na cabeça dos homens, mas o modo ilusório (isto é, abstrato e invertido) pelo qual representam o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social. Se a ideologia fosse um simples “reflexo invertido” da realidade na consciência dos homens, a relação entre o mundo e a consciência não seria dialética (isto é, contraditória ou de negação interna), mas seria mecânica ou de causa e efeito. Se a ideologia fosse o espelho “ruim” da realidade, ela seria o efeito mecânico da ação dos objetos exteriores sobre nossa consciência, como a ação da luz sobre nossa retina. Neste caso, não poderíamos compreender a célebre afirmação de Marx (nas chamadas Onze Teses Sobre Feuerbach) de que o engano dos materialistas tinha sido o de considerar a relação da consciência com os objetos como uma experiência sensível e não como uma práxis social, isto é, como uma atividade social que produz os objetos e o sentido dos objetos. A ideologia é uma das formas da práxis social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de idéias ou representações sobre a realidade.

Conclusão

Quando a Ideologia foi proposta como tema desta monografia; o livro “O que é Ideologia” da filósofa Marilena Chauí foi o norte desta pesquisa. Já que a obra “O que é Ideologia” é definida como “um ideal histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”.

Neste sentido e como um acréscimo de sua justificativa, a filósofa toma como pressuposto a concepção das epistemologias dialéticas, para as quais, ao contrário dos ideários empirista e racionalista (idealista) - que concebiam a realidade como um dado da sensibilidade ou da consciência, respectivamente, - a realidade é um processo temporal, que depende, sobretudo, das circunstâncias pelas quais e em função das quais o sujeito opera e fica sujeito às suas convicções.

Marilena Chauí, percebe a história não apenas como a simples sucessão de fatos nem tampouco como progresso de idéias, “mas o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural”. Entretanto é possível notar que tanto a concepção de ideologia de Chauí quanto à outros pensadores remetem as proposições de Marx & Engels que interpretam a ideologia como uma construção imaginária semelhante aos sonhos, ilusões, representações invertidas, distorcidas de uma realidade concreta e verdadeira.

Segundo Chauí a história da humanidade deixa evidente que as sociedades sempre foram e continuam sendo divididas em classes sociais; de um lado, um segmento minoritário, porém dominante; de outro, uma parte majoritária, dominada. Chauí defende que a ideologia nada mais é do que a manifestação do pensamento da classe que domina sobre a que é dominada.

O centro da questão está em responder a duas perguntas. Por que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, o termo ideologia é usado para referir-se às idéias de dominação de uma classe sobre outra. De toda forma, como é possível uma ideologia favorecer o domínio de um segmento menor de pessoas em detrimento de uma comunidade infinitamente maior.

Bibliografia

MARX KARL & ENGELS FRIEDRICH, *A Ideologia Alemã*; Editora: WMF Martins Fontes; Coleção: Clássicos; edição 2007.

CHAUÍ MARILENA, *O que é Ideologia*; 2º edição. Editora: Brasiliense São Paulo; 2008.

CHAUÍ MARILENA & MARIA S. CARVALHO FRANCO; *Ideologia e mobilização popular*; Editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro; 2º edição; 1978.

CHAUÍ MARILENA; *Convite a Filosofia*; Editora: Ática, São Paulo-SP; 12º edição; 2000.

CULT; *Revista*; Editora: Bregantini, São Paulo-SP; 133 edição, Entrevista Publicada em 31 de março de 2010.

CARTA CAPITAL; *Revista*; Editora: Confiança Ltda, São Paulo- SP, Entrevista Publicada em 22 de novembro de 2010.

CAROS AMIGOS; *Revista*; Editora: Casa Amarela, São Paulo- SP, Entrevista Publicada em 2007.

GUILHERME AUGUSTO; Ideologia e Método. Para o blog Ideologia.

MARIA LAURA; A Ideologia com Forma de Memória Coletiva. Para o blog Ideologia e Participação.

RENATO CANCIAN; Participação Popular e Cidadania. Especial para o blog Pedagogia e Comunicação

VALMIR LIMA; Política e Educação – Globalização e Participação Política. Para o blog Globalização e Participação Política.

TV CULTURA; *Programa Roda Viva*; Teoria e Debate nº 13 - janeiro/fevereiro/março 1991; Publicado em 11/04/2006